

Boletim do Trabalho e Emprego

10

1.^a SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Emprego e da Segurança Social

Preço 69\$00
(IVA incluído)

BOL. TRAB. EMP.	1. ^a SÉRIE	LISBOA	VOL. 60	N.º 10	P. 365-376	15 - MARÇO - 1993
-----------------	-----------------------	--------	---------	--------	------------	-------------------

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Portarias de extensão:

Pág.

— PE das alterações ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Cordoaria e Redes e o SINDETEX — Sind. Democrático dos Têxteis e outro	367
— PE das alterações aos CCT entre a AEPP — Assoc. de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular e a FNE — Feder. Nacional dos Sind. da Educação e outros, entre a mesma associação patronal e o SINAP — Sind. Nacional dos Professores e outro e, ainda, entre a mesma associação patronal e a FENPROF — Feder. Nacional dos Professores e outros — Rectificação	368
— Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a NORQUIFAR — Assoc. do Norte dos Importadores/Armacenistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos e o STV — Sind. dos Técnicos de Vendas e outros	368
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Comercial de Aveiro e outras e o SINDCES — Sind. do Comércio, Escritório e Serviços	368
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Comercial de Aveiro e outras e o SINDCES — Sind. do Comércio, Escritório e Serviços (comércio de carnes)	369

Convenções colectivas de trabalho:

— CCT entre a Assoc. Comercial de Aveiro e outras e o SINDCES — Sind. do Comércio, Escritório e Serviços — Alteração salarial e outra	369
— CCT entre a Assoc. Comercial de Aveiro e outras e o SINDCES — Sind. do Comércio, Escritório e Serviços (comércio de carnes) — Alteração salarial e outra	370
— AE entre a Rodoviária de Entre Douro e Minho, S. A., e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços (quadros técnicos) — Alteração salarial e outras	371
— AE entre a Rodoviária de Entre Douro e Minho, S. A., e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial e outras	373
— AE entre os Telefones de Lisboa e Porto (TLP), S. A., e o SINDETELCO — Sind. Democrático dos Trabalhadores das Telecomunicações e Correios e outros — Constituição da comissão paritária	376
— CCT entre a ARAC — Assoc. dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre a mesma associação patronal e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio — Integração em níveis de qualificação	376



SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

PORTARIAS DE EXTENSÃO

PE das alterações ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Cordoaria e Redes e o SINDETEX — Sind. Democrático dos Têxteis e outro

Entre a Associação dos Industriais de Cordoaria e Redes e o SINDETEX — Sindicato Democrático dos Têxteis foi celebrado um contrato colectivo de trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 44, de 29 de Novembro de 1992.

Considerando que a convenção apenas se aplica às relações de trabalho cujos titulares sejam filiados nas entidades celebrantes;

Considerando a necessidade de promover a uniformização das condições de trabalho no sector de actividade regulado;

Considerando, ainda, que a convenção abrange a confecção de sacaria, cujas empresas e trabalhadores não inscritos nas associações celebrantes já se encontram abrangidos pela PE do CCT celebrado entre a ANITAF — Associação Nacional das Indústrias Têxteis, Algodoeiras e Fibras e outras e o SINDETEX — Sindicato Democrático dos Têxteis e outras, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 28, de 29 de Julho de 1992;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do aviso aí previsto no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 2, de 15 de Janeiro de 1993, e ponderada a oposição deduzida;

Tendo sido dado cumprimento ao Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — A regulamentação prevista no contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação dos Indus-

triais de Cordoaria e Redes e o SINDETEX — Sindicato Democrático dos Têxteis e outro, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 44, de 29 de Novembro de 1992, é tornada aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais não inscritas na associação patronal signatária que no território do continente prossigam a actividade regulada, à excepção da confecção de sacaria, e trabalhadores ao seu serviço cujas funções correspondam às das profissões e categorias previstas, bem como relações de trabalho existentes entre empresas inscritas na mesma associação patronal e trabalhadores ao seu serviço, das mesmas profissões e categorias, não filiados nos sindicatos subscritores.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior as relações de trabalho cujos titulares sejam trabalhadores filiados em sindicatos inscritos na Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal.

3 — Não são objecto de extensão determinada no n.º 1 as disposições da convenção que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor nos termos legais e produz efeitos, no tocante à tabela salarial, desde 1 de Novembro de 1992.

2 — As diferenças salariais devidas por força do disposto no número anterior poderão ser satisfeitas em três prestações mensais e sucessivas, de igual montante, com início no mês de entrada em vigor desta portaria.

Ministério do Emprego e da Segurança Social, 4 de Março de 1993. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, *Jorge Hernâni de Almeida Seabra*.

PE das alterações aos CCT entre a AEEP — Assoc. de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular e a FNE — Feder. Nacional dos Sind. da Educação e outros, entre a mesma associação patronal e o SINAP — Sind. Nacional dos Professores e outro e, ainda, entre a mesma associação patronal e a FENPROF — Feder. Nacional dos Professores e outros — Rectificação.

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 7, de 22 de Fevereiro de 1993, veio publicada a PE das alterações aos CCT em epígrafe, PE que enferma de uma inexactidão que importa corrigir.

Assim, no preâmbulo da PE, a p. 185, onde se lê «Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pela publicação dos avisos no *Boletim do Trabalho e Em-*

prego, 1.^a série, n.ºs 44, de 29 de Novembro de 1992, e 43, de 22 de Novembro de 1992, aos quais não foram deduzidas oposições» deve ler-se «Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pela publicação dos avisos no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.ºs 44, de 29 de Novembro de 1991, e 43, de 22 de Novembro de 1992, aos quais não foram deduzidas oposições».

Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a NORQUIFAR — Assoc. do Norte dos Importadores/Armazenistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos e o STV — Sind. dos Técnicos de Vendas e outros.

Nos termos do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão do CCT (alteração salarial) celebrado entre a Associação do Norte dos Importadores/Armazenistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos e o Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 9, de 8 de Março de 1993.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do citado preceito e diploma, tornará as disposições constantes da referida convenção colectiva de trabalho aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre todas as entidades

patronais não inscritas na associação patronal outorgante, sem prejuízo da aplicação directa de outras convenções existentes, que, na área de aplicação da convenção, prossigam a actividade de comércio por grosso de produtos químicos, com excepção de produtos farmacêuticos, e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas e às relações de trabalho tituladas por trabalhadores das mesmas profissões e categorias não filiados nos sindicatos signatários e por entidades patronais inscritas na associação outorgante.

Nos termos do n.º 6 do artigo 29.º do supracitado diploma legal, podem os interessados no processo de extensão deduzir oposição fundamentada nos 15 dias seguintes ao da publicação deste aviso.

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Comercial de Aveiro e outras e o SINDCES — Sind. do Comércio, Escritório e Serviços

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a extensão da alteração mencionada em título, nesta data publicada.

A portaria, a emitir ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 da citada disposição legal, na redacção do Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, tornará a referida alteração extensiva:

- a) Na área da sua aplicação, às relações de trabalho entre entidades patronais do sector económico regulado não filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu

serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção e às relações de trabalho entre entidades patronais do referido sector económico filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não filiados na associação sindical outorgante;

- b) No concelho de Vale de Cambra, às relações de trabalho entre entidades patronais daquele sector económico e trabalhadores ao seu serviço daquelas profissões e categorias profissionais, por não existir associação patronal para este sector económico.

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Comercial de Aveiro e outras e o SINDCES — Sind. do Comércio, Escritório e Serviços (comércio de carnes)

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a extensão das alterações mencionadas em título, nesta data publicadas.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 da citada disposição legal, na redacção do Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, tornará as referidas alterações extensivas:

- a) Na área da sua aplicação, às relações de trabalho entre entidades patronais que prossigam a actividade do comércio de carnes não filiadas nas associações patronais outorgantes e tra-

balhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção e às relações de trabalho entre entidades patronais do referido sector económico filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não filiados na associação sindical outorgante;

- b) No concelho de Vale de Cambra, às relações de trabalho entre entidades patronais daquele sector económico e trabalhadores ao seu serviço daquelas profissões e categorias profissionais, por não existir associação patronal para este sector económico.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a Assoc. Comercial de Aveiro e outras e o SINDCES — Sind. do Comércio, Escritório e Serviços — Alteração salarial e outra

CAPÍTULO I

Área, âmbito e vigência

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

O presente CCT obriga, por um lado, as empresas que no distrito de Aveiro exerçam a actividade comercial, representadas pelas associações patronais outorgantes, e, por outro, os trabalhadores ao seu serviço das categorias nele previstas e representados pelo Sindicato do Comércio, Escritório e Serviços, SINDCES/UGT.

Cláusula 2.ª

Vigência

1 — O presente contrato entrará em vigor no 5.º dia posterior à sua publicação, salvo a tabela salarial e as cláusulas de natureza pecuniária, cuja vigência terá início em 1 de Janeiro de 1993.

2 — O presente contrato vigorará pelos prazos mínimos impostos por preceito legal imperativo e, na sua falta, por um período máximo de 12 meses.

CAPÍTULO V

Retribuição mínima do trabalho

Cláusula 19.ª

Retribuição mínima

1 — *(Mantém-se.)*

2 — *(Mantém-se.)*

3 — *(Mantém-se.)*

4 — *(Mantém-se.)*

5 — Os trabalhadores que exerçam funções de pagamento ou recebimento, ou quem eventualmente os substitua no seu impedimento prolongado, têm direito a um abono mensal para falhas de 1850\$.

ANEXO III

Director de serviços e analista de sistemas

77 000\$00

Chefe de escritório/serviços/divisão, contabilista, tesoureiro, programador e gerente comercial	74 500\$00	
Chefe de vendas e encarregado geral	69 500\$00	
Chefe de secção, inspector administrativo, guarda-livros, programador mecanográfico, caixeiro-encarregado, inspector de vendas, encarregado de armazém e chefe de compras	67 500\$00	
Correspondente de línguas estrangeiras, esteno-dactilógrafo, caixa de escritório, caixeiro-chefe de secção, secretário de direcção e oficial encarregado/ouriv./rel.	66 500\$00	
Primeiro-escriturário, operador mecanográfico, ajudante de guarda-livros, primeiro-caixeiro, prospector de vendas, técnico de vendas, caixeiro-viajante, fiel de armazém, motorista de pesados e oficial de 1. ^a /ouriv./reloj.	62 000\$00	
Segundo-escriturário, operador de máquinas de contabilidade, perfurador-verificador, segundo-caixeiro, caixeiro de praça, caixeiro mar., conferente, demonstrador, motorista de ligeiros e oficial de 2. ^a /ouriv./reloj.	59 500\$00	
Terceiro-escriturário, terceiro-caixeiro, operador de telex, propagandista, telefonista, cobrador, ajudante de motorista e oficial de 3. ^a /ouriv./reloj.	54 000\$00	
Estagiário ou caixeiro-ajudante (durante um ano) (a)	S. M. N.	
Caixa do comércio	51 500\$00	
Distribuidor	51 500\$00	
Embalador, operador de máquinas de embalar e servente	49 000\$00	
Dactilógrafo do 3. ^o ano, estagiário do 3. ^o ano, contínuo de 1. ^a , porteiro e guarda	S. M. N.	
Dactilógrafo do 2. ^o ano, estagiário do 2. ^o ano, contínuo de 2. ^a , porteiro de 2. ^a e praticante/ouriv./reloj.	S. M. N.	
Caixeiro-ajudante do 2. ^o ano, dactilógrafo do 1. ^o ano, estagiário do 1. ^o ano e aprendiz do 4. ^o ano/ouriv./reloj.	S. M. N.	
Caixeiro-ajudante do 1. ^o ano, servente de limpeza e aprendiz do 3. ^o ano (reloj./ouriv.)	S. M. N.	
Paquete de 16 anos, praticante de caixeiro do 2. ^o ano, praticante de armazém do 2. ^o ano e aprendiz do 2. ^o ano (reloj./ouriv.)	S. M. N.	
Guarda-livros em regime livre (uma hora por dia ou um dia por semana)	19 600\$00	
Paquete de 14/15 anos, praticante de caixeiro do 1. ^o ano, praticante de armazém do 1. ^o ano e aprendiz do 1. ^o ano (reloj./ouriv.)	S. M. N.	
Servente de limpeza (uma hora por dia)	280\$00/hora	

(a) O trabalhador sem experiência profissional que seja admitido com 21 ou mais anos de idade terá a categoria de caixeiro-ajudante ou estagiário, conforme se prepara para profissional de caixeiro ou escriturário, com a remuneração do salário mínimo nacional aplicado à empresa e durante o período de um ano, findo o qual será promovido automaticamente à categoria imediatamente superior.

Aveiro, 11 de Fevereiro de 1993.

Pela Associação Comercial de Aveiro:

Arlindo de Macedo Bastos.

Pela Associação Comercial de Espinho:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Comercial dos Concelhos de Ovar e São João da Madeira:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Comercial do Concelho de Oliveira de Azeméis:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato do Comércio, Escritório e Serviços, SINDCES/UGT:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 26 de Fevereiro de 1993.

Depositado em 4 de Março de 1993, a fl. 188 do livro n.º 6, com o n.º 55/93, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. Comercial de Aveiro e outras e o SINDCES — Sind. do Comércio, Escritório e Serviços (comércio de carnes) — Alteração salarial e outra

CAPÍTULO I

ANEXO

Âmbito, vigência, rescisão e alterações do contrato

Cláusula 2.^a

Entrada em vigor

1 — O presente CCT entra em vigor nos termos da lei, sem prejuízo do disposto no n.º 2.

2 — A tabela salarial e restante matéria pecuniária produzirão efeitos desde 1 de Janeiro de 1993 e vigorarão por um período de 12 meses.

1 — As entidades patronais obrigam-se a pagar aos trabalhadores ao seu serviço as retribuições mínimas mensais seguintes:

Primeiro-oficial	62 500\$00
Segundo-oficial	57 500\$00
Ajudante (a)	49 000\$00
Caixa	49 000\$00
Embaladeira (supermercado)	47 800\$00
Servente (talhos)	47 800\$00
Servente-fressureira	47 800\$00

Praticante de 17 anos	37 000\$00
Praticante de 16 anos	37 000\$00
Praticante com menos de 16 anos	36 300\$00

(a) O trabalhador sem experiência profissional que seja admitido com 21 anos ou mais terá a categoria de ajudante com a remuneração do salário mínimo nacional aplicado à empresa e durante o período de um ano, findo o qual será promovido automaticamente à categoria imediatamente superior.

2 — Aos trabalhadores classificados como primeiro-oficial quando e enquanto desempenharem funções de chefia em estabelecimentos de supermercados ou hipermercados, sector ou secção de carnes será atribuído um subsídio mensal de 4320\$.

3 — Estas remunerações não prejudicam benefícios de natureza pecuniária ou outros actualmente praticados, que serão concedidos também aos profissionais a admitir, ficando os supermercados e hipermercados obrigados à prestação em espécie no valor mínimo de 4320\$.

Aveiro, 11 de Fevereiro de 1993.

Pela Associação Comercial de Aveiro:

Arlindo de Macedo Bastos.

Pela Associação Comercial de Espinho:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Comercial dos Concelhos de Ovar e São João da Madeira:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Comercial do Concelho de Oliveira de Azeméis:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato do Comércio, Escritório e Serviços, SINDCES/UGT:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 26 de Fevereiro de 1993.

Depositado em 4 de Março de 1993, a fl. 188 do livro n.º 6, com o n.º 53/93, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

AE entre a Rodoviária de Entre Douro e Minho, S. A., e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços (quadros técnicos) — Alteração salarial e outras

CAPÍTULO I

Âmbito, vigência e revisão

Cláusula 2.^a

Vigência

- 1 —
- 2 —
- 3 —

4 — A tabela salarial e as cláusulas de expressão pecuniárias produzem efeitos a partir de 1 de Agosto de cada ano.

CAPÍTULO VIII

Retribuição

Cláusula 42.^a

Retribuição do trabalho por turnos

1 — As remunerações certas mínimas constantes do anexo II são acrescidas, para os trabalhadores que prestem serviço em regime de turnos, dos seguintes subsídios:

- a) 5900\$ para os trabalhadores que fazem dois turnos rotativos, excluindo o nocturno;
- b) 8500\$ para os trabalhadores que fazem três turnos rotativos ou mesmo dois, desde que nesta última situação esteja incluído o turno nocturno;

- c) 11 800\$ para os trabalhadores que fazem três turnos rotativos em regime de laboração contínua.

- 2 —
3 —
4 —

Cláusula 45.^a

Diuturnidades

Os trabalhadores têm direito, por cada período de cinco anos de serviço na empresa, a uma diuturnidade no montante de 2000\$, até ao limite de seis, que farão parte integrante da retribuição mensal.

Cláusula 50.^a

Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente AE, ressalvando os referidos nos números seguintes, terão direito a um subsídio, por cada dia em que haja prestação de trabalho, no valor de 700\$.

- 2 —
3 —

Cláusula 50.^a-B

Ajuda de custo

Por cada dia em que haja prestação de trabalho com direito a subsídio de refeição, cada trabalhador receberá uma ajuda de custo com o valor de 150\$, sem prejuízo dos demais previstos no AE.

CAPÍTULO IX

Deslocações

Cláusula 52.^a

Deslocações no continente

- 1 —
2 —
3 —
4 — O trabalhador terá direito ao abono pela diária completa quando iniciar a deslocação antes das 12 horas, desde que regresse no dia seguinte até à mesma hora após pernoita. Nesta situação o trabalhador terá ainda direito a um subsídio diário de 740\$.
- 5 —
6 —

Cláusula 53.^a

Deslocação fora do continente

- 1 —
a) Ao valor de 1620\$ diários sempre que não regressem ao seu local de trabalho;
b)
2 —
a)
b)
3 —
4 —

CAPÍTULO XVII

Regalias sociais

Cláusula 82.^a

- 1 —
2 — Os filhos ou equiparados enquanto estudantes de qualquer grau de ensino, no tempo escolar e nos dias de escola, têm direito a transporte gratuito nos serviços regulares da empresa, no percurso casa-escola e vice-versa, com a excepção da situação prevista no número seguinte.
- 3 — Nos casos em que o estudante tenha direito a transporte escolar subsidiado, a empresa reembolsará o trabalhador do pagamento que este haja suportado com a aquisição do título de transporte.
- 4 —
5 —
6 —
7 —
8 —
9 —
10 — Os direitos consignados nos números anteriores, excepto o referido no n.º 5, abrangem também os serviços de transporte público de passageiros, regular ou expresso, efectuado por qualquer das empresas cin-
ditárias da RNIP — Rodoviária Nacional Investimen-
tos e Participações, S. A., independentemente das
transformações que estas hajam sofrido ou venham a
sofrer, quer quanto à natureza e forma jurídica, quer
quanto à titularidade do seu capital, nos termos se-
guintes:
- a) O preço dos serviços de transporte a prestar por
qualquer destas empresas, nas condições esta-
belecidas nos números anteriores, será supor-
tado pela Rodoviária de Entre Douro e Minho,
S. A.;

- b) Os serviços de transporte a prestar por estas empresas serão requisitados previamente à Rodoviária de Entre Douro e Minho, S. A., com a antecedência de dois dias úteis, a qual pagará ao interessado a importância correspondente mediante exibição do título de transporte adquirido ou de impresso comprovativo da utilização do transporte que emitirá para este efeito.

ANEXO II

Tabela salarial

Grupo 1	264 150\$00
Grupo 2	238 890\$00
Grupo 3	219 550\$00
Grupo 4	203 270\$00
Grupo 5	187 830\$00
Grupo 6	167 700\$00
Grupo 7	151 370\$00
Grupo 8	134 810\$00
Grupo 9	121 820\$00
Grupo 10	108 220\$00
Grupo 11	97 510\$00

Braga, 24 de Julho de 1992.

Pela Rodoviária de Entre Douro e Minho, S. A.:

José Luís Castro Apolinário.
(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

(Assinatura ilegível.)
Adelino da Silva Alves.

Declaração

A FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, por si em representação dos sindicatos seus filiados:

SITese — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;
Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte.

Entrado em 14 de Agosto de 1992.

Depositado em 4 de Março de 1993, a fl. 188 do livro n.º 6, com o n.º 54/93, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

AE entre a Rodoviária de Entre Douro e Minho, S. A., e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial e outras

CAPÍTULO I

Âmbito, vigência e revisão

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

A presente convenção colectiva de trabalho, adiante designada por AE ou acordo de empresa, abrange, por um lado, a Rodoviária de Entre Douro e Minho, S. A., e, por outro, todos os trabalhadores ao seu serviço, com as categorias profissionais previstas neste AE, representados pelas associações sindicais outorgantes.

Cláusula 2.ª

Vigência

1 — Este AE entra em vigor cinco dias após a sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

2 — O período de vigência será de 12 meses, contados a partir das respectivas datas de entrada em vigor.

3 — A tabela salarial e as cláusulas de expressão pecuniárias têm efeitos a 1 de Julho de cada ano.

CAPÍTULO VIII

Retribuição

Cláusula 42.ª

Diuturnidades

Os trabalhadores têm direito por cada período de cinco anos de serviço na empresa a uma diuturnidade no montante de 2000\$, até ao limite de seis, que farão parte integrante da retribuição mensal.

Cláusula 43.ª

Abono para falhas

1 — Os trabalhadores de escritório com funções de caixa e de cobrador receberão, a título de abono para falhas, a quantia mensal de 2390\$.

2 —

3 — Os trabalhadores não classificados numa das categorias referidas nos n.ºs 1 e 2, quando exerçam funções de venda de passes e ou bilhetes pré-comprados, terão direito a um abono para falhas no montante de 205\$ por cada dia ou fracção em que prestem serviço até ao limite de 2390\$ mensais.

Cláusula 45.^a

Retribuição de trabalho por turno

1 — As remunerações certas mínimas constantes no anexo II são acrescidas, para os trabalhadores que prestem serviço em regime de turnos, dos seguintes subsídios:

- a) 5900\$ para os trabalhadores que fazem dois turnos rotativos, excluindo o nocturno;
- b) 8500\$ para os trabalhadores que fazem três turnos rotativos, ou mesmo dois, desde que nesta última situação esteja incluído o turno nocturno;
- c) 11 800\$ para os trabalhadores que fazem três turnos rotativos em regime de laboração contínua.

2 —

3 —

4 —

Cláusula 52.^a

Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente AE, ressalvados os referidos nos números seguintes, terão direito a um subsídio, por cada dia em que haja prestação de trabalho, no valor de 700\$.

2 —

3 —

4 —

Cláusula 52.^a-B

Ajudas de custo

Por cada dia em que haja prestação de trabalho com direito a subsídio de refeição, cada trabalhador receberá uma ajuda de custo com valor mínimo de 150\$, sem prejuízo dos demais previstos no AE.

CAPÍTULO IX

Refeições e deslocações

Cláusula 54.^a

Alojamento e deslocações no continente

1 —

2 —

3 —

4 —

5 —

6 — Terá direito ao reembolso por cada refeição o trabalhador que se encontre durante o período fixado para a refeição fora dos limites estabelecidos no n.º 1 desta cláusula, no valor de 1050\$.

7 — Terá direito a 850\$ por cada refeição o trabalhador que, encontrando-se dentro dos limites referidos no n.º 1:

- a)
- b)

8 — O trabalhador que pernoitar na situação de deslocado terá ainda direito:

- a) À quantia de 540\$ como subsídio de deslocação;
- b)
- c) À quantia para refeição, se tiver iniciado o trabalho diário antes das 14 horas ou, tendo-o iniciado depois desta hora, prestar dois períodos de trabalho separados por intervalos para refeição, desde que, em qualquer caso, não tenha tido segunda refeição por força do disposto no n.º 4 desta cláusula, no valor de 1050\$;
- d) À quantia de 180\$ para pequeno-almoço.

9 — Entre duas pernoitas consecutivas na situação de deslocado, o trabalhador tem direito a receber, além do estipulado no número anterior, para refeição, desde que não tenha tido primeira refeição, por força do disposto no n.º 2 desta cláusula, o valor de 1050\$.

10 —

11 —

Cláusula 55.^a

Deslocação no estrangeiro — Alojamento e refeições

1 —

2 — Os trabalhadores, para além da remuneração mensal e de outros subsídios ou retribuições estipulados neste AE, têm direito:

- a) Ao valor de 1000\$ diários sempre que não regressem ao seu local de trabalho;
- b)

3 — Os motoristas que efectuem serviços de transporte internacional de passageiros nas linhas regulares das empresas com representatividade regional (Internorte, Intercentro e Intersul), para além da remuneração mensal e de outros subsídios ou retribuições estipulados neste AE, terão direito a:

- a) 11 000\$ por cada dia de viagem;
- b) 11 000\$ por cada dia obrigatório de descanso intermédio entre a chegada e o regresso ou pe-

los dias de paragem devidos, nomeadamente, a casos de avarias ou atrasos.

4 —

5 —

6 —

CAPÍTULO XVII

Regalias sociais

Cláusula 88.^a

Transporte

1 —

2 — Os filhos ou equiparados enquanto estudantes de qualquer grau de ensino, no tempo escolar e nos dias de escola, têm direito a transporte gratuito nos serviços regulares da empresa, no percurso casa-escola e vice-versa, com excepção da situação prevista no número seguinte.

3 — Nos casos em que o estudante tenha direito a transporte escolar subsidiado, a empresa reembolsará o trabalhador do pagamento que este haja suportado com a aquisição do título de transporte.

4 —

5 —

6 —

7 —

8 —

9 —

10 — Os direitos consignados nos números anteriores, excepto o referido no n.º 5, abrangem também os serviços de transporte público de passageiros, regular ou expresso, efectuado por qualquer das empresas cinditárias da RNIP — Rodoviária Nacional, Investimentos e Participações, S. A., independentemente das transformações que estas hajam sofrido ou venham a sofrer, quer quanto à natureza e forma jurídica, quer quanto à titularidade do seu capital, nos termos seguintes:

- a) O preço dos serviços de transporte a prestar por qualquer destas empresas, nas condições estabelecidas nos números anteriores, será supor-

tado pela Rodoviária de Entre Douro e Minho, S. A.;

- b) Os serviços de transporte a prestar por estas empresas serão requisitados previamente à Rodoviária de Entre Douro e Minho, S. A., com a antecedência de dois dias úteis, a qual pagará ao interessado a importância correspondente mediante exibição do título de transporte adquirido ou de impresso comprovativo da utilização do transporte que emitirá para esse efeito.

ANEXO II

Tabelas salariais (remuneração mínima mensal)

Grupo I	87 500\$00
Grupo II	81 600\$00
Grupo III	78 440\$00
Grupo IV	73 000\$00
Grupo V	71 750\$00
Grupo VI	68 180\$00
Grupo VII	65 000\$00
Grupo VIII	61 820\$00
Grupo IX	57 580\$00
Grupo X	52 730\$00
Grupo XI	47 160\$00
Grupo XII	43 400\$00
Grupo XIII	37 960\$00
Grupo XIV	37 520\$00
Grupo XV	37 520\$00

O grupo IV passa a incluir a categoria profissional de motorista de pesados de passageiros a partir de 1 de Julho de 1992.

Braga, 24 de Julho de 1992.

Pela Rodoviária de Entre Douro e Minho, S. A.:

José Luís de Castro Apolinário.
(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

(Assinatura ilegível.)
Adelino da Silva Alves.

Declaração

A FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, por si e em representação dos sindicatos seus filiados:

SITESE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;
Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte.

Entrado em 14 de Agosto de 1992.

Depositado em 2 de Março de 1993, a fl. 187 do livro n.º 6, com o n.º 52/93, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

AE entre os Telefones de Lisboa e Porto (TLP), S. A., e o SINDETELCO — Sind. Democrático dos Trabalhadores das Telecomunicações e Correios e outros — Constituição da comissão paritária

Nos termos do artigo 1.º do anexo XXI do AE entre os Telefones de Lisboa e Porto (TLP), S. A., e o SINDETELCO — Sindicato Democrático dos Trabalhadores das Telecomunicações e Correios e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 38, de 15 de Outubro de 1991, foi constituída pelas partes outorgantes uma comissão paritária com a seguinte composição:

Em representação da empresa:

Membros efectivos:

Dr.ª Luísa Maria Nunes Ramos Franco Tavares.

Dr.ª Cecília Maria Costa Marques.

Dr.ª Maria da Graça Gomes Barata.

Dr. António José Fernandes Leite Azevedo.

Membros suplentes:

Manuel Fernando Moreira de Castro.

Dr. Guilherme José Baptista Esteves de Assunção.

Dr. Manuel António Martins dos Santos.

Dr. José Avelino Ardão Rodrigues Souto.

Pelas associações sindicais:

Membros efectivos:

Jorge Félix.

Francisco Xavier.

Adriano Carvalho.

Dr.ª Fernanda Peixoto.

Membros suplentes:

Engenheiro Vítor Martins.

António Cordeiro.

Firmino Tavares.

Manuel Toscano.

CCT entre a ARAC — Assoc. dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre a mesma associação patronal e o SITEC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio — Integração em níveis de qualificação.

Nos termos do despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social de 5 de Março de 1990, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 11, de 22 de Março de 1990, procede-se à integração em níveis de qualificação da profissão que a seguir se indica, abrangida

pelas convenções colectivas de trabalho mencionadas em título, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 9, de 8 de Março de 1992:

3 — Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa:

Supervisor de vendas.